



**JÉSSICA APARECIDA PRANDEL
(ORGANIZADORA)**

PADRÕES AMBIENTAIS EMERGENTES E SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS

Atena
Editora

Ano 2020



**JÉSSICA APARECIDA PRANDEL
(ORGANIZADORA)**

PADRÕES AMBIENTAIS EMERGENTES E SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P124	<p>Padrões ambientais emergentes e sustentabilidade dos sistemas [recurso eletrônico] / Organizadora Jéssica Aparecida Prandel. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-065-0 DOI 10.22533/at.ed.650202805</p> <p>1. Padrões ambientais. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Meio ambiente – Preservação. I. Prandel, Jéssica Aparecida. CDD 363.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Padrões Ambientais Emergentes e Sustentabilidade dos Sistemas” apresenta 13 capítulos com discussões de diversas abordagens acerca do respectivo tema.

Este e-book foi organizado de forma bem diversificada, trazendo conteúdos de maneira abrangente, voltados principalmente para questões relacionadas à sustentabilidade. Atualmente existe uma preocupação crescente em discutir questões ambientais, a exploração da natureza tem se intensificado cada vez mais, principalmente pela expansão das atividades humanas. O uso desordenado da terra, o consumismo acelerado e atividades agrícolas e urbanas inadequadas, tem afetado diretamente a qualidade ambiental.

Neste âmbito, este volume é dedicado aos trabalhos relacionados às diversas áreas voltadas ao tema Padrões ambientais emergentes e Sustentabilidade dos sistemas. A importância dos estudos dessa vertente é notada no cerne da produção do conhecimento. Os organizadores da Atena Editora entendem que um trabalho como este não é uma tarefa solitária. Os autores e autoras presentes neste volume vieram contribuir e valorizar o conhecimento científico. Agradecemos e parabenizamos a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, a Atena Editora publica esta obra com o intuito de estar contribuindo, de forma prática e objetiva, com pesquisas voltadas para este tema.

Uma excelente leitura a todos!

Jéssica Aparecida Prandel

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A BOTÂNICA NOS CURSOS TÉCNICOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIROS (CAVN/ CCHSA/UFPB)	
Emerson Serafim Barros Vagner Sousa da Costa Weleson Barbosa da Fonseca Alcineide Morais Joana D'Arck Pê de Nero Ivan Sérgio da Silva Oliveira Paulo Marks de Araújo Costa Vênia Camelo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6502028051	
CAPÍTULO 2	8
ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE ECOTOXICIDADE DOS RESÍDUOS RESULTANTES DA DEGRADAÇÃO DOS POLÍMEROS PLA E PHBH NO SOLO	
Giselen Cristina Pascotto Wittmann Maira de Lourdes Rezende Komatsu Sílvia Pierre Irazusta	
DOI 10.22533/at.ed.6502028052	
CAPÍTULO 3	17
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO TÉRMICO DE CONCENTRADORES SOLARES DE CALHA PARABÓLICA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO	
Aline da Silva Oliveira Fabiano Cordeiro Cavalcanti Cristiane Kelly Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6502028053	
CAPÍTULO 4	31
AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE CARDÁPIOS UTILIZADOS NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CASA NOVA – BA	
Xenusa Pereira Nunes Xirley Pereira Nunes Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6502028054	
CAPÍTULO 5	38
COEXISTÊNCIA HUMANO-FAUNA: MANEJO DE CONFLITOS ENTRE PROPRIETÁRIOS RURAIS E MAMÍFEROS CARNÍVOROS NO BRASIL	
Amanda Cristina Costa Prado Emanoele Lima Abreu Juliano Costa Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.6502028055	
CAPÍTULO 6	50
DESIGUALDADE DIGITAL E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	
Milena Barros Marques dos Santos Cidoval Morais de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6502028056	

CAPÍTULO 7 62

ESTIMAÇÃO DE EVENTOS BIOCLIMÁTICOS EM NATAL/ RN, BRAZIL

Juliana Rayssa Silva Costa
Fernando Moreira da Silva
George Santos Marinho
Adalfran Herbert de Melo Silveira
Anderson Flávio Silva de Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.6502028057

CAPÍTULO 8 71

ESTUDO DE CASO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NA MICRORREGIÃO DE PATOS

Lucas Gomes de Medeiros
Islanny de Andrade Leite Anastacio
Maria Clara de Sousa Vieira
Sílvia Maria Galvão de Araújo
Mayara Gomes Dantas
Daniel Viana Andrade Silva
Anne Sales Barros

DOI 10.22533/at.ed.6502028058

CAPÍTULO 9 80

PAPEL DA OVINOCAPRINOCULTURA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM ASSENTAMENTOS DO SERTÃO PARAIBANO

Edvaldo Sebastião da Silva
Vivianne Cambuí de Figueiredo Rocha
Maiza Araújo Cordão
Hodias Sousa de Oliveira Filho
George Estêfano dos Santos Pereira
Joandro Ferreira Gomes
Salomão Cambuí de Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.6502028059

CAPÍTULO 10 87

PERCEPÇÃO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS SOBRE O DECLÍNIO NA CAPTURA DO PEIXE MATRINXÃ NO RIO TELES PIRES, BACIA DO TAPAJÓS

Liliane Stedile de Matos
Herick Soares de Santana
João Otávio Santos Silva
Lucélia Nobre Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.65020280510

CAPÍTULO 11 102

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

José Claudiano de Brito Batista
Cidoval Moraes de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.65020280511

CAPÍTULO 12 113

SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS BOAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA DE GOVERNO CARDEAL DOM EUGÊNIO DE ARAÚJO SALES

Yonara Claudia dos Santos
Felipe da Silva Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.65020280512

CAPÍTULO 13	125
XILOTECA DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO SEMIÁRIDO COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Milena Soares Cardoso	
Adailson Feitoza de Jesus Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65020280513	
SOBRE A ORGANIZADORA	133
ÍNDICE REMISSIVO	134

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Data de submissão: 05/02/2020

Data de aceite: 22/05/2020

José Claudiano de Brito Batista

Administrador e Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/5627842264042473>

Cidoval Morais de Sousa

Professor Doutor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/0573233540937425>

RESUMO: O objetivo deste estudo é discutir uma visão da Economia Solidária (ES) com foco para as Políticas Públicas empreendidas pelo governo federal a partir de 2003, de forma a compreender o papel do Estado no sentido de fortalecer os empreendimentos econômicos solidários (EES) no Brasil. Metodologicamente o trabalho é de ordem bibliográfico, e portanto, foi realizada uma revisão de literatura através de artigos publicados bases de dados em meio digital. Concluiu-se com o reconhecimento da importância decisiva das políticas públicas implementadas pelo governo federal a partir da criação da Secretaria Nacional de

Economia Solidária (Senaes), como também, a necessidade de maior interação entre estados e municípios na busca por maior eficiência, e por fim, a institucionalização destas políticas de apoio para que as mesmas não se limitem unicamente em ações político-partidárias de momento, mas sobretudo, que se efetivem permanentemente em políticas públicas de Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária, Empreendimentos, Políticas Públicas.

PUBLIC POLICIES FOR THE SOLIDARITY ECONOMY IN BRAZIL

ABSTRACT: The aim of this study is to discuss a vision of the Solidarity Economy (SE) with focus on the Public Policies undertaken by the Federal Government since 2003, in order to understand the role of the State in strengthening solidarity economic enterprises (SEE) in Brazil. Methodologically, the work is bibliographic, and therefore, a literature review was carried out through articles published in digital databases. It concluded with the recognition of the decisive importance of public policies implemented by the federal government after the creation of the National Secretariat for Solidarity Economy (Senaes), as well as, the need for greater interaction between states and municipalities in the search for greater efficiency, and finally, the

institutionalization of these support policies so that they are not limited only to political party actions at the moment, but above all, that take effect permanently in state public policies.

KEYWORDS: Solidarity Economy, Enterprise, Public Policy

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) é propõe nova forma de produzir, comercializar e consumir produtos e serviços, através de princípios como a solidariedade, cooperação, democracia, e sobretudo, autogestão. A ES emerge entre os trabalhadores e trabalhadoras como alternativa ao elevado e sintomático desemprego na economia de mercado, que se preocupa muito mais com o lucro a qualquer custo e competição desmedida entre as organizações e as pessoas do que em oferecer respostas para as melhoria de vida da população.

Paul Singer (2002), principal referência da Economia Solidária no Brasil, pontua que se toda a economia fosse solidária, a sociedade seria bem menos desigual. Contudo, o que importa é compreender que a desigualdade não é natural e a competição generalizada alimentada pelo capitalismo tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas, ou seja, do modo de produção. Portanto, a Economia Solidária é outro modo de produção, cujos valores básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital, democracia na tomada de decisão e o direito a liberdade individual.

O objetivo específico deste texto é discutir uma compreensão da Economia Solidária a partir das políticas públicas implementadas pelo governo federal em apoio e fortalecimento aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Brasil após o ano de 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Metodologicamente foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos e contribuições aos temas em estudo, Economia Solidárias e Políticas Públicas, a partir de 2003, tendo como referências livros e publicações em periódicos no meio digital, como também, na plataforma da Scielo.

Portanto, em análise na literatura observou-se que as Políticas Públicas de Economia Solidária receberam atenção relevante com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) a partir de 2003, primeiro ano do recém eleito presidente Lula, no entanto, ao longo dos anos seguintes, apesar dos avanços e instrumentos criados, não houve a institucionalização permanente dessas políticas, que, até o momento essa questão se constitui em um dos grandes desafios da Economia Solidária no Brasil.

METODOLOGIA

Metodologicamente o presente artigo se propõe em fazer uma revisão da literatura sobre as Políticas Públicas de Economia Solidária a partir de 2003, tendo como referências bibliográficas livros e publicações em periódicos no meio digital, como também, pesquisas na base de dados da plataforma Scielo usando descritores como “Economia Solidária e Políticas Públicas”, como também “Políticas Públicas de Economia Solidária” favorecendo uma pesquisa mais eficaz para os objetivos propostos.

DESENVOLVIMENTO

Economia Solidária

Algumas das áreas que vem se destacando atualmente no debate e na produção científica nas áreas de administração e planejamento regional são as formas de organização da sociedade e os projetos que propõem a superação do entendimento de crescimento econômico para desenvolvimento sustentável (VITCEL *et al.*, 2010).

A economia solidária no contexto do desenvolvimento sustentável para além da lógica do crescimento econômico, muitas vezes a qualquer custo, mostra-se hoje como uma experiência praticada amplamente no Brasil e em muitos outros países. Embora com outros nomes e significados variados, mas em comum a ideia da solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade de mercado e a economia capitalista. Fazem parte desse novo modelo os empreendimentos urbanos ou rurais, baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão. São organizações de produtores, consumidores e de créditos que se diferenciam por estimular e praticar a solidariedade entre os membros e a autogestão de suas organizações (CULTI, 2008).

Gaiger (2013), pontua que especialmente nos países periféricos em relação ao centro hegemônico mundial, sempre subsistiram práticas econômicas fundamentadas no trabalho e amparadas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material atende a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social. Desde o século XIX, em paralelo ao domínio do capitalismo, estratégias associativas e cooperativas buscam condições de vida a importantes contingentes e, ademais, vêm mantendo vigentes princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza que difere da racionalidade estrita do capital.

No tocante a conceituação do que de fato é a ES, há uma diversidade de conceitos, contudo, pode-se caracterizar a Economia Solidária como o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva e popular, com um certo grau de democracia interna e que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade (NASCIMENTO, 2003). “Talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são

administradas” (SINGER, 2002, p. 16). A empresa capitalista pratica a heterogestão, ou seja, a gestão hierarquizada formada por níveis sucessivos de autoridade. A empresa solidária se administra democraticamente por seus trabalhadores, ou seja, pratica a autogestão (SINGER, 2002).

Para Gaiger (2013), o termo Economia Solidária ganhou expressão no Brasil ao longo dos anos de 1990, à medida que iniciativas econômicas surgiram no país, notabilizando-se e sendo reconhecidas por sua natureza coletivista e suas práticas de cooperação e autogestão. Expandindo-se, a economia solidária veio a abranger categorias sociais e modalidades diversas de organização, tais como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades cooperativas dedicadas à produção de bens e prestação de serviços, como também organizações de fomento ao crédito.

Paul Singer (2005), ressalta que os EES compreendem diferentes tipos de “empresas” e associações voluntárias com a intenção de proporcionar aos associados benefícios econômicos mútuos. Gaiger (2004) salienta que as linhas determinantes da economia popular solidária não estão definidas, pois se apresentam em meio a ambiguidades e contradições. O uso corrente do conceito recobre um conjunto de iniciativas com motivações, origens e naturezas distintas, que não comportam tendências espontaneamente confluentes, que redundariam, por uma força natural de aproximação, em uma nova totalidade social, a abraçar integralmente as diversas formas de vida dos trabalhadores. Cabe ainda recordar que os sujeitos de boa parte das experiências pertencem aos extratos populacionais mais pobres.

O cooperativismo nasceu no mesmo berço das lutas sindicais e político-partidárias, nas quais ganhou forma e vigor o movimento operário. Nenhuma dessas três frentes conduziu aos desfechos revolucionários, ardorosamente esperados e alimentados como via de passagem ao socialismo; nenhuma escapou a desvirtuamentos e instrumentalizações, por vezes com desenlaces trágicos. Contudo, nenhuma deixou de afetar radicalmente a face do capitalismo e de alimentar anseios e aspirações que seguem impelindo indivíduos e coletividades a lutarem contra a perversidade e a desumanização (GAIGER, 2013).

No Brasil, os estudiosos da Economia Solidária convergem quanto às transformações históricas que tiveram maior impacto sobre o aparecimento e a revitalização de práticas associativas e cooperativas. No inventário macroeconômico do final do século XX, citam-se, em primeiro lugar, as mudanças no modelo de acumulação capitalista, por seus efeitos sobre a reconfiguração mundial dos mercados, as estruturas e cadeias produtivas e a geopolítica. A isto se vincula a crise de grande magnitude que então atingiu o modo de trabalho assalariado, cujos reflexos têm sido ondas de desemprego em larga escala e de instabilidade econômica, obrigando os trabalhadores à busca de alternativas de ocupação e renda (GAIGER, 2013).

Políticas Públicas e Economia Solidária no Brasil

Inicialmente, Rodrigues (2010) explica que foi na década de 1950 que a ciência da política pública vai surgindo com base numa variedade de questões, disciplinas métodos e enfoques que buscam esclarecer porque determinadas políticas são implementadas e outras não pelos governos.

Do ponto de vista das Políticas Públicas, não existe uma única e definitiva definição em razão do seu caráter multidisciplinar. Diversos estudiosos contribuíram com definições que se complementam, contudo, pode-se resumir Política Pública como um campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo colocar o governo em ação, analisando essa ação, como também, propor mudanças no curso dessas ações. A implementação de Políticas Públicas constitui-se no momento em que os governos democráticos colocam em prática os seus programas e plataformas eleitorais, ou seja, ações efetivas que irão produzir resultados e mudanças no mundo real (SOUZA, 2006)

Complementando, Cardoso (2010) afirma que a discussão sobre a eficácia das políticas universais em contraposição a políticas focalizadas para a redução da pobreza parece ter sido superada. Desse modo, o enfoque latino-americano de políticas sociais enfatiza de maneira indispensável as políticas universais como saúde e educação, mas sem deixar de apontar esforço e atenção para políticas que beneficiem parcelas mais vulneráveis da população, sobretudo, quando eles são numerosos.

No Brasil mais especificamente, Pochmann (2013) afirma que a primeira década do século XXI passará para a história como um ponto de inversão na trajetória socioeconômica nacional. As décadas de 1980 e 1990 foram muito difíceis com sinais claros de regressão econômica e social no país. No entanto, nos anos 2000 o Brasil recuperou o dinamismo econômico e o rendimento das famílias cresceu de forma generalizada, como também, houve uma ampliação na taxa de ocupação, ou seja, queda na taxa de desemprego, e conseqüentemente diminuição da pobreza absoluta.

Portanto, compreende-se políticas públicas como sendo um conjunto de programas desenvolvidos pelo Estado para atender a uma demanda social. Especificamente se referindo a temática do presente trabalho, as Políticas Públicas para a Economia Solidária (PPES) representam uma nova modalidade de política de geração de trabalho e renda, que acenam para o estabelecimento de um novo padrão de envolvimento entre sociedade e Estado. Nesse contexto, as políticas públicas voltadas ao fomento e desenvolvimento da economia solidária assumem um papel decisivo no processo de fortalecimento dos empreendimentos e emancipação dos envolvidos, bem como representam forte estímulo à constituição de uma sociedade pautada na cooperação. (NATIVIDADE; PEREIRA; OLIVEIRA, 2011).

No Brasil as políticas públicas de economia solidária (PPES) obtiveram maior visibilidade com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) pelo governo federal em 2003. A partir de uma articulação entre entidades nacionais que trabalhavam com a Economia Solidária e de gestores públicos de governos

estaduais e municipais esse debate se inicia no contexto dos Fóruns Sociais Mundiais. Surge, portanto, um proposta que posteriormente foi encaminhada ao governo Lula (eleito em 2002), de implementação de uma política nacional de apoio à Economia Solidária (SHIOCHET, 2012).

Do ponto de vista das políticas públicas, a inclusão da economia solidária nas ações governamentais explicitava os limites e contradições do “Estado mínimo para o social”, pois a economia solidária exigia uma posição cada vez mais ativa dos governos: compor equipes qualificadas de gestores, planejar ações de longo prazo, viabilizar capacidade de alocação de recursos, integrar o Estado à economia real das comunidades. De alguma maneira pode-se afirmar que as exigências da economia solidária contribuíram para a crítica das políticas neoliberais e para a defesa da participação mais ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais (SHIOCHET, 2009)

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) surgiu em 2003, com o objetivo de articular as políticas públicas e num momento em que a economia solidária estava entrando numa fase de crescente reconhecimento público mas com incipiente institucionalização. Ela havia começado a tomar corpo na primeira metade dos anos 1990, com a multiplicação das empresas recuperadas, em razão da desindustrialização e do desemprego em massa, das cooperativas nos assentamentos de reforma agrária, das cooperativas populares nas periferias metropolitanas, formadas com o auxílio de incubadoras universitárias e dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) semeados pela Cáritas nos bolsões de pobreza dos quatro cantos do Brasil (SINGER, 2009).

Dentre as principais políticas empreendidas pela Senaes, dentro do Programa Economia Solidária em desenvolvimento, Singer (2009) destaca a política de formação em Economia Solidária, o Mapeamento Nacional da Economia Solidária, o Brasil Local e o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Sobre a política de Formação em Economia Solidária, destaca-se o fato dela oferecer cursos de economia solidária a servidores dos três níveis de governo, como forma de estimular a institucionalização dessas políticas.

Outra política importante da Senaes foi o mapeamento da economia solidária em todo o território nacional. Esta já era uma intenção antiga do movimento, de ter informações sobre a realidade nacional da economia solidária, tanto para orientar as ações de fomento como para facilitar a formação de redes e cadeias produtivas no seio da economia solidária. Houve então várias tentativas, mas os poucos recursos limitaram o seu alcance a estudos de caso qualitativos, que mobilizaram pesquisadores em universidades das diferentes regiões e propiciaram conhecimentos teóricos e práticos que se mostraram de grande valia quando a Senaes começou a organizar o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – Sies (SINGER, 2009).

A Senaes também desenvolveu o Brasil Local, que visava o desenvolvimento endógeno de comunidades pobres mediante a ação de agentes de desenvolvimento solidário de membros das comunidades escolhidos por elas para se dedicarem

integralmente à organização dos empreendimentos econômicos solidários visando a melhora, a diversificação e a ampliação da economia local (SINGER, 2009). Esses agentes têm como tarefa apoiar os empreendimentos, identificando potencialidades e limites a fim de mobilizar políticas de desenvolvimento local que, por serem geralmente desconhecidas, não são acessadas pelas comunidades que mais necessitam delas. Entre 2005 e 2008, foram assistidos 700 empreendimentos econômicos solidários, dos quais participaram 45 mil trabalhadores em todos os estados da Federação (NATIVIDADE; PEREIRA; OLIVEIRA, 2011).

Singer (2009) destaca a criação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc). Esta política foi originada em 1998, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir da experiência da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), criada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em meados dos anos 1990. A ITCP é uma invenção brasileira, adaptada das incubadoras que abrigam empreendimentos, de professores e alunos, formados para explorar alguma inovação tecnológica descoberta por eles em pesquisas na própria universidade (SINGER, 2009).

Observado a elevada importância, entende-se que as PPES, representam uma nova modalidade de política pública de geração de trabalho e renda no Brasil que vislumbram o desenvolvimento e fortalecimento de soluções alternativas como estratégia de enfrentamento do desemprego e exclusão social, indicando também para o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento entre sociedade e Estado. A orientação dessas políticas para o desenvolvimento de capacidades, em espaços promotores de participação ativa e democrática, relaciona-se ainda ao possível exercício da gestão social empreendida por ações governamentais, como por exemplo, as enormes contribuições das políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária (NATIVIDADE; PEREIRA; OLIVEIRA, 2011).

No entanto, mostra-se importante pontuar que tais avanços políticos e institucionais ainda não foram capazes de alterar uma das principais características das políticas de economia solidária que é o fato destas ações serem políticas de governo, ou seja, sua existência depende dos partidos, coalizões ou grupos políticos que assumem a direção dos poderes executivos. Por isso, a economia solidária ainda não foi incorporada na agenda dos direitos (da cidadania) e dos deveres (públicos). Esta é a questão da institucionalização das políticas públicas de economia solidária. Como incorporar a economia solidária na agenda do Estado brasileiro? Como traduzir as demandas e necessidades da economia solidária em direitos efetivos dos trabalhadores e em dever do Estado? Como garantir que as ações governamentais permaneçam para além dos processos eleitorais? Portanto, a questão da institucionalização das políticas públicas de economia solidária refere-se as seguintes questões: estas políticas serem ações permanentes do Estado e não apenas conveniência de equipes de governos específicos, como também, do reconhecimento através da consolidação de sujeitos de direitos e obrigações públicas asseguradas (SHIOCHET, 2009).

Desafios das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil

No Brasil, a economia solidária surgiu na década de 1980 como uma resposta dos trabalhadores à crise social provocada pela estagnação econômica e pela reorganização do processo de acumulação capitalista. No entanto, começou a ganhar visibilidade na década seguinte quando se insere no debate sobre as potencialidades transformadoras inerentes à luta popular e da classe trabalhadora. Nesse contexto a resposta dos trabalhadores e comunidades empobrecidas passou a ter caráter emancipatório (SHIOCHET, 2009). No Brasil, principalmente a partir dos anos de 1990, notou-se um crescimento de experiências coletivas de trabalho e produção nos espaços rurais e urbanos, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, fabricas recuperadas, entre outras. Estas organizações realizavam atividades de produção de bens, comercialização, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumos responsável, recebendo apoio de entidade da sociedade civil, movimentos de igrejas, incubadoras universitárias, movimentos sociais e apoio do poder público. Desse modo, no anos de 2003 e 2007 e também entre os anos de 2009 e 2013, houveram mapeamentos da economia solidária o que indicou o quão diversa é a prática a da ES no país (PEES,2018).

A economia solidária se desenvolveu nos anos seguintes e os estudos acadêmicos sobre ela também se multiplicaram. Por essa razão, é de grande importância a existência de informações abrangentes e sistematizadas a respeito da economia solidária para os estudos não ficarem restritos às pesquisas apoiadas em estudos de casos, de abordagem qualitativa, que são também muito valiosos para o exame dos traços particulares dos empreendimentos, mas menos eficientes para identificar seu perfil de maneira mais abrangente. Desse modo, para iniciar e pensar políticas públicas foram realizados os mapeamento dos EES em nível nacional, o que permitiu uma mudança de escala nas análises e discussões no debate teórico e político. Os estudos sobre a economia solidária no Brasil dispõem de uma importante fonte de informações desde 2005, oriunda dos primeiros mapeamentos nacionais que formou o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), na Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego, com apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O mapeamento mostra a gênese dos empreendimentos econômicos solidários, suas estratégias de desenvolvimento, tipologias e os benefícios para seus integrantes e para as comunidades onde ela se desenvolve (CULTI, 2010).

Contudo, a economia solidária como política pública começou a se tornar mais concreta em nível nacional como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária –SENAES no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esta secretaria tem início através de um diálogo exitoso entre o movimento de economia solidária e o governo eleito em 2002. Pode-se dizer que o Fórum Social Mundial (FSM) foi um dos momentos decisivos na história da economia solidária no Brasil. No primeiro FSM

foi legitimado um grupo de trabalho de economia solidária, que desde então, foi o centro de mobilizações para uma sequência de políticas pensadas para configurar o movimento (PEES, 2018).

É importante destacar que campo institucional, foram conquistados importantes espaços de participação e de interlocução, expandindo as parcerias para fortalecimento da economia solidária em várias políticas setoriais, como: trabalho e renda, desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial, saúde mental, resíduos sólidos urbanos, cultura, políticas para mulheres, igualdade racial, tecnologias sociais, educação de jovens e adultos, ensino tecnológico, pesca, etc (SILVA, 2011).

Em linhas gerais, uma observação superficial poderia indicar que as iniciativas de gestão governamental e do movimento da economia solidária não conseguiram êxito. Contudo, seria um equívoco, pois trata-se de uma tarefa de grande complexidade. Além de exigir uma formação continuada e transversal, requer atenção das variáveis políticas e também institucionais. Portanto, um dos grandes dilemas da economia solidária é superar a marca político-partidária e se apresentar para o todo da sociedade brasileira como uma proposição capaz de contribuir, por meio de suas experiências em andamento para um modelo viável de desenvolvimento econômico e social com justiça social e cidadania (SOUSA, 2012).

Importante observar que a consolidação das PPES não é um desafio apenas do governo federal e não devem ser administradas de forma centralizada. As conferências nacionais de economia solidária que deram origem ao já mencionado Sistema Nacional de Economia Solidária garantiu a integração e a articulação entre os órgãos governamentais e da sociedade civil nas esferas municipal, estadual e federal, o que permitiu promover a intersectorialidade e a integração entre as várias políticas, que dialogam com a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável (SILVA, 2011).

Silva (2011), pontua que é preciso ter clareza que a consolidação de uma política pública requer o tempo necessário para o seu devido aprendizado e amadurecimento, o que requer atitude de abertura e a valorização dos mecanismos de controle e avaliação. Mais que instrumentos de racionalização dos recursos e esforços públicos, são espaços de aprendizagem partilhada de gestão de políticas públicas

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em análise da literatura apresentada, mostra-se que a experiência da Economia Solidária no Brasil vem demonstrando através de iniciativas concretas que outras relações de produção na sociedade são possíveis. Os empreendimentos associativos de autogestão que cada vez mais se multiplicam nas diversas regiões desse país é a prova de que essa nova economia já acontece e tem sido a fonte de trabalho, renda e

esperança para centenas de trabalhadores e trabalhadoras.

Diante do exposto, conclui-se que as políticas públicas empreendidas pelo governo federal, especialmente após os anos de 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da economia solidária no país. Os diversos programas empreendidos como a capacitação, acompanhamento, crédito e parcerias com entes estaduais e municipais deram grande ânimo ao movimento. Contudo, também observou-se a necessidade da institucionalização das PPES para que as mesmas não sejam obras meramente político-partidárias, mas sobretudo, ações de Estado e de caráter permanentes. Também foi observado a importância do envolvimento compartilhado dos diversos entes, federal, estadual e municipal, para o alcance de resultados eficazes das políticas empreendidas em benefício da ES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura analisada demonstrou que as políticas públicas são muito importantes para o desenvolvimento e fortalecimento de práticas que sozinhas talvez não se desenvolvessem. Os empreendimentos de natureza solidários mostram cada vez mais importância para as economias locais onde essa prática acontece. Ou seja, emprego e renda para trabalhadores e trabalhadoras através de negócios administrados de forma coletiva.

A Senaes, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), desde sua criação exerceu um trabalho decisivo na valorização da Economia Solidária através das políticas empreendidas de formação e crédito. Entretanto, o trabalho que vinha sendo feito e aperfeiçoado foi interrompido após o ano de 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Rouseff. Nos anos seguintes a Senaes foi deixando de cumprir seu papel, chegando ao fato da sua exclusão juntamente com MTE neste ano de 2019.

Portanto, o estudo da Economia Solidária e das políticas de fortalecimento se faz necessário pois o movimento se mantém apesar das dificuldades do momento. A Economia solidária continua sendo a esperança de milhares de trabalhadores diante dos números em alto grau do desemprego que agride os mais pobres e produz miséria.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Brunu Marcus F. ARAÚJO, Herton Ellery. **Economia Solidária no Brasil: Novas Formas de Relação de Trabalho?** 2004. Disponível em: < http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24i.pdf> Acesso em: 20 ago 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Xadrez internacional e social-democracia*. Ed. Paz e Terra. 2010.

CULTI, Maria Nezilda. **Economia Solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**. Disponível em: http://historico.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0220.pdf acesso em: 20 ago. 2019.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia Solidária: Outra Economia a Serviço da Vida Acontece**. 2010. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/cartilha_fbcs.pdf> Acesso em: 20 ago 2019.

GAIGER, Luíz Inácio. **A outra racionalidade da economia solidária**. Conclusões do primeiro mapeamento nacional no Brasil. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/725> Acesso em: 20 ago. 2019

NATIVIDADE, Abreu Elisângela. PEREIRA, José Roberto. OLIVEIRA, Vania Aparecida Rezende de. **Gestão Social de Políticas Públicas de geração de trabalho e renda: uma reflexão por meio das ações da secretaria nacional de economia solidária**. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/202> Acesso: 20 ago. 2019.

NASCIMENTO, Claudio. Economia Solidária e Autogestão. Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/autogestao_e_es.pdf> Acesso em: 20 ago 2019.

PARAÍBA. Plano Estadual de Economia Solidária. 2016. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/downloads/plano_economia_solidaria_2017_grafica.pdf> Acesso em: 30 nov de 2018.

POCHMANN, Marcio. Políticas Públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: **10 anos de governos pós-neoliberais: Lula e Dilma**. SABER, Emir. Ed. Boitempo. 2013.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. Políticas Públicas. Publifolha. 2010.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Economia Solidária versus Economia Capitalista**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1_2a05.pdf> Acesso em: 20 ago 2019.

SINGER, Paul. Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4788/1/bmt39_06_ES1Paul.pdf Acesso em: 20 ago. 2019.

SARDÁ, Maurício. NOVAES, Henrique T. O sentido histórico da autogestão. In: **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária**. BENINI, Édi A. FARIA, Maurício Sardá de. NOVAES, Henrique T. Dagnino, Renato (Org.) São Paulo: Outras expressões: 2012.

SCHIOCHET, Valmor. **Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil**. In: **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária**. BENINI, Édi A. FARIA, Maurício Sardá de. NOVAES, Henrique T. Dagnino, Renato (Org.) São Paulo: Outras expressões: 2012.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ECONS_institucionalizacao.pdf Acesso em: 20 ago. 2010.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Políticas Públicas de economia solidária: avanços, desafios e perspectivas. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5113512> Acesso em: 20 ago. 2019.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 30 nov 2018.

SOUZA, Armando Lírio de. Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3882> Acesso em: 20 ago. 2019.

SOBRE A ORGANIZADORA

Jéssica Aparecida Prandel: Mestre em Ecologia (2016-2018) pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de Erechim, com projeto de pesquisa Fragmentação Florestal no Norte do Rio Grande do Sul: Avaliação da Trajetória temporal como estratégias a conservação da biodiversidade. Fez parte do laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental da URI. Formada em Geografia Bacharelado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG, 2014). Em 2011 aluna de Iniciação científica com o projeto de pesquisa Caracterização de Geoparques da rede global como subsídio para implantação de um Geoparque nos Campos Gerais. Em 2012 aluna de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com projeto de pesquisa Zoneamento Ambiental de áreas degradadas no perímetro urbano de Palmeira e Carambeí (2012-2013). Atuou como estagiária administrativa do laboratório de geologia (2011-2013). Participou do projeto de extensão Geodiversidade na Educação (2011-2014) e do projeto de extensão Síntese histórico-geográfica do Município de Ponta Grossa. Em 2014 aluna de iniciação científica com projeto de pesquisa Patrimônio Geológico-Mineiro e Geodiversidade-Mineração e Sociedade no município de Ponta Grossa, foi estagiária na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa no Departamento de Patrimônio (2013-2014), com trabalho de regularização fundiária. Estágio obrigatório no Laboratório de Fertilidade do Solo do curso de Agronomia da UEPG. Atualmente é professora da disciplina de Geografia da Rede Marista de ensino, do Ensino Fundamental II, de 6º ao 9º ano e da Rede pública de ensino com o curso técnico em Meio Ambiente. Possui experiência na área de Geociências com ênfase em Educação, Geoprocessamento, Geotecnologias e Ecologia.

ÍNDICE REMISSIVO

SÍMBOLOS

3-Hidroxihexanoato 8, 10

A

Administração pública 113, 114, 116, 120, 123

Aedes Aegypti 62, 63, 66, 69

Alimentação escolar 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

Análise bibliométrica 8, 10, 11, 14

Análise SWOT 113, 116, 118, 121

Aulas práticas 2, 3, 5, 6, 69

Avaliação nutricional 31, 32, 36

B

Brycon falcatus 88, 89, 97, 100

C

Caatinga 82, 84, 85, 125, 126, 127, 130, 132

Caprinos 80, 81, 82, 83, 85, 86

Coleção biológica 125, 127

Conflitos socioambientais 38, 39, 40

Copolímero 3-hidroxitirato 8

Creches 31, 32, 33, 34, 35, 36

Criação animal 81

D

Desenvolvimento 22, 31, 32, 33, 35, 36, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 63, 68, 69, 70, 72, 78, 80, 84, 85, 100, 102, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 118, 120, 122, 124, 126, 128, 132

Desigualdade digital 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 59

Desigualdades estruturais 50, 51, 52, 53, 56, 57, 59

DNI 17, 18, 19, 25, 26, 27, 28

E

Economia solidária 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112

Ecotoxicidade 8, 9, 14

Educação 3, 7, 19, 31, 32, 33, 36, 38, 41, 42, 46, 51, 54, 57, 59, 60, 80, 84, 87, 106, 110, 121, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133

Educação ambiental 3, 7, 38, 41, 42, 46, 121, 125, 127, 132
Eficiência térmica 17, 21, 27, 28
Empreendimentos 97, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111
Erosividade 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70
Escola de Governo 113, 117, 118, 119, 121, 123, 124
Etnoictiologia 88, 97
Extensão 43, 63, 64, 65, 81, 117, 131, 133

M

Madeiras 125, 126, 127, 128, 130, 131
Mamíferos carnívoros 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49
Manejo de fauna 39, 43
Meio ambiente 2, 3, 4, 5, 6, 9, 19, 22, 26, 28, 30, 40, 46, 62, 69, 70, 71, 72, 78, 90, 100, 101, 113, 114, 115, 116, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 131, 132, 133

N

Newton-Raphson 17, 18, 21

O

Ovinos 80, 81, 82, 83, 85, 86

P

Paraíba 1, 2, 4, 17, 18, 19, 25, 40, 50, 52, 62, 71, 73, 74, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 102, 112
Pesca predatória 88, 94, 95
Planejamento de cardápio 32
PNAE 31, 32, 33, 34, 36, 37
Poli (ácido láctico) 8, 10
Políticas públicas 46, 69, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112

Q

Questionários semiestruturados 87, 88, 90

R

Reflora 1, 2, 3, 4, 6, 7
Reino vegetal 2

S

Saneamento 54, 71, 72, 73, 74, 77, 78
Saúde humana 63, 68, 70

Saúde pública 63, 71, 72, 78

Semiárido brasileiro 50, 51, 52

Sensação termal 63

Serviços 45, 50, 55, 58, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 103, 105, 109, 117

Sustentabilidade 5, 3, 7, 81, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123

U

Usinas CSP 17, 28, 29

 **Atena**
Editora

2 0 2 0